
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,**

CELEBRADA ENTRE

ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.,

COMO EMISSORA,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS

**DATADA DE
19 DE AGOSTO DE 2013**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA

Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

ODEBRECHT AMBIENTAL S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 31º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.437.097/0001-79, neste ato, representada por seus representantes legais, na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

E, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4 – Grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas, conforme definido a seguir, da presente emissão ("**Agente Fiduciário**");

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária" ("**Escritura**"), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 16 de agosto de 2013 ("**AGE**"), em que foram deliberadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido).

CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie quirografária, emitidas em forma nominativa e escritural ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), será realizada com observância dos



seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão, incluindo a Remuneração e a Quantidade de Debêntures, será devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no jornal Diário Mercantil e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.2. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos

Esta Escritura será arquivada na JUCESP e seus eventuais aditamentos também o serão, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora enviar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original da Escritura e eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP.

2.3. Registro para Negociação

2.3.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do "MDA" – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do "CETIP 21" – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme Instrução CVM nº 476.

2.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante e escriturador mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o estatuto social da Emissora, seu objeto social compreende: (1) participar em outras sociedades que: (a) desenvolvam atividades de gestão de recursos hídricos relacionadas a: (i) locação de ativos de saneamento; (ii) captação, reservação, tratamento, distribuição e reuso de água;



(iii) coleta, transporte, tratamento, disposição final e reuso de esgoto; (iv) comercialização e cobrança dos serviços prestados; e (v) implantação, estudos ambientais, operação e manutenção de sistemas de água e esgoto, contratos de concessão de serviços públicos e projetos de parcerias público privadas na área de engenharia ambiental; (b) desenvolvam atividades na área de meio ambiente relacionadas a: (i) prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares; (ii) prestação de serviços de coleta seletiva; (iii) operação e manutenção de centrais de triagem; (iv) implantação, operação e manutenção de centrais de tratamento de resíduos, compreendendo compostagem, incineração, resíduos sólidos domiciliares e industriais, estações de transbordo e aterros sanitários; (v) implantação, operação e manutenção de tratamento de água, esgotos e efluentes diversos, inclusive para fins de reutilização; e (vi) aproveitamento energético de resíduos, monitoramento e controle de qualidade de emissão de ar e gases; e monitoramento, avaliação e remediação de solos e águas, subterrâneas e superficiais; (2) explorar, diretamente, qualquer dos negócios indicados no item (1) acima; (3) locação de máquinas e equipamentos, prestação de serviços de engenharia e de consultoria em tecnologia da informação e em gestão empresarial, inclusive aquelas relacionadas a gestão de compras de materiais, bens e serviços, e outros serviços correlatos, sinérgicos ou necessários às atividades referidas acima. A Emissora pode exercer as atividades de seu objeto social no Brasil ou no exterior, diretamente ou por meio de subsidiárias, ou, ainda, por meio de participação no capital de outras sociedades.

3.2. Destinação dos Recursos da Emissão

Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados, pela Emissora, como capital de giro da companhia.

3.3. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única ("Série Única").

3.5. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), em Série Única.

3.6. Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação do Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão



Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Colocação”).

- 3.6.2. O Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, definidos a seguir, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.
- 3.6.3. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, a oferta pública com esforços restritos da Emissão está automaticamente dispensada de registro na CVM.
- 3.6.4. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor desde 1º de junho de 2011.
- 3.6.5. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente à ocorrência, qualquer contato que receba de potencial investidor que venha a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.
- 3.6.6. O público alvo da Oferta serão investidores qualificados, observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM nº 476, nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados”).
- 3.6.7. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.
- 3.6.8. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM nº 476. Somente Investidores Qualificados poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM nº 476, condicionado ainda, ao cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476.
- 3.6.9. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.



- 3.6.10. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, tampouco existirão reservas antecipadas, nem sequer fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, conforme definida a seguir ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 100 (cem) Debêntures, em Série Única.
- 4.1.3. Forma. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.4. Comprovação de Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por essa, extrato em nome de cada um dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 4.1.5. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária.
- 4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações.
- 4.1.7. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será em 19 de agosto de 2013 ("Data de Emissão").
- 4.1.8. Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, previstas na Cláusula V desta Escritura, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, em 19 de agosto de 2016 ("Data de Vencimento").
- 4.1.9. Preço de Subscrição e Integralização. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição ("Data de Subscrição"), nos termos do item 4.3 abaixo, observado que as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio.
- 4.1.10. Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, na



Data da Subscrição, conforme definido a seguir, em moeda corrente nacional.

- 4.2. Condições de Negociação das Debêntures. Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures, desde que observadas as seguintes condições: (i) transcurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da Data de Subscrição ou de aquisição das Debêntures; (ii) aquisição das Debêntures apenas por Investidores Qualificados; e (iii) celebração, pelos adquirentes das Debêntures, de declaração mencionada no item 3.6.9 acima.
- 4.3. Remuneração das Debêntures. As Debêntures farão *jus* a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios ("Juros"), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, a serem pagos semestralmente, no dia 19 dos meses de fevereiro e de agosto, a partir do 12º (décimo segundo) mês da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 19 de agosto de 2014 e o último pagamento, na Data de Vencimento, conforme definido a seguir ("Remuneração").
- 4.3.1. Atualização. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado.
- 4.3.2. Juros. As Debêntures renderão os Juros, que serão correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia over extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em seu informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizadas de um *spread* ou sobretaxa de 1,85% a.a. (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e pagos semestralmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês da Data de Emissão, conforme acima. Os Juros apurados entre a Data de Emissão e 19 de agosto de 2014 serão incorporados ao Valor Nominal Unitário nesta data.

Os períodos de capitalização são cada um dos intervalos de tempo de 6 (seis) meses compreendidos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros referentes a cada Período de Capitalização serão incorporados e pagos, conforme o caso, ao fim de cada Período de Capitalização.

O cálculo dos Juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture não amortizado, em moeda corrente nacional, ao final de cada Período de Capitalização,



calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread* das Taxas DI, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\mathbf{FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread}$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\mathbf{FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)}$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n = número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n”, um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\mathbf{TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1}$$

onde:

DI_k = Taxa DI, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\mathbf{FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}}$$

onde:

spread = 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, de acordo com o respectivo Período de Capitalização que lhe for aplicável;

DP = é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, incorporação ou último pagamento conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP", um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

- 4.3.3. Farão *jus* à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à data de pagamento de Remuneração.

4.4. Amortização das Debêntures

- 4.4.1. Não haverá amortização programada para as Debêntures. O Valor Nominal Unitário será pago na Data de Vencimento, ressalvada as hipóteses previstas nos itens da 4.8, 4.9, 5.1 e 5.2 abaixo.

4.5. Indisponibilidade ou Extinção da Taxa DI

- 4.5.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o final do referido prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Lei aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a



mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI oficialmente divulgada até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

- 4.5.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.5.1, acima, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.
- 4.5.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.5.1 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:
- (a) a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e encargos moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis*, excluída a incidência de Prêmio de Reembolso (conforme definido abaixo). Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
 - (b) a Emissora utilizará uma taxa de Remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá estar alinhada com a prática usual de mercado à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6. Condições de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

- 4.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

- 4.6.2. Multa e Encargos Moratórios. Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, acrescido da Remuneração, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).
- 4.6.3. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto no item 4.6.2, acima, uma vez realizado o pagamento, pela Emissora, do valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, o não recebimento, pelo Debenturista, de tais valores não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.
- 4.6.4. Imunidade ou Isenção Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie a referida documentação no prazo determinado, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 4.7. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.8. Resgate Antecipado Total ou Amortização Parcial Facultativos

- 4.8.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, conforme deliberação em Assembleia Geral de acionistas da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou a amortização parcial das Debêntures, mediante notificação ao Agente Fiduciário e comunicação aos Debenturistas, nos termos do item 10.6 desta Escritura, com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência (“Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos”).
- 4.8.2. Na notificação do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos deverão constar (i) a data do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos, e (ii) o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo que no caso da Amortização Parcial Facultativa, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou, se for o caso, última data de pagamento da Remuneração até a data de seu efetivo pagamento; e



(b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com o item 4.8.3, abaixo (“Prêmio de Reembolso”), observado o item 4.8.2.1 abaixo.

4.8.2.1. Independentemente de seu valor, o montante do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos deverá contemplar proporcionalmente – ainda que realizado *pro rata*, no caso de amortização parcial –, todas as Debêntures em circulação, objeto do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos.

4.8.3. O Prêmio de Reembolso a que farão *jus* os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos será calculado em percentual flat a ser aplicado sobre o efetivo valor do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos, de acordo com a seguinte tabela:

<i>Data do Resgate Antecipado</i>	<i>Percentual para cálculo do Prêmio de Reembolso (incidente sobre o valor do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos)</i>
<i>Até o 12º mês da Data de Emissão, inclusive</i>	<i>0,50% (cinquenta centésimos por cento)</i>
<i>Entre o 12º e 24º mês da Data de Emissão, inclusive</i>	<i>0,40% (quarenta centésimos por cento)</i>
<i>Entre o 24º e o 36º mês da Data de Emissão, inclusive</i>	<i>0,30% (trinta centésimos por cento)</i>

4.8.4. Os valores relativos ao Prêmio de Reembolso, quando devidos, serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos.

4.8.5. A CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.8.6. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

4.9. Aquisição Facultativa

4.9.1. A Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação, conforme definido a seguir, desde que cumpridas as regras e determinações legalmente exigidas.

4.10. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

Independentemente do envio de comunicação, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial à Emissora neste sentido, são consideradas hipóteses de vencimento antecipado automático das Debêntures e de imediata exigibilidade do pagamento após envio de comunicação à Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão ou data do último pagamento, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais Encargos Moratórios, caso aplicável, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Vencimento Automático"):

- (a) não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária, principal e/ou acessória, das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- (b) distribuição de dividendos, juros sobre capital ou qualquer outra participação no lucro, a qualquer título, de dividendos pela Emissora em caso de inadimplência no pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) (i) pedido de autofalência, decretação de falência da Emissora e/ou de sua controladora direta; (ii) pedido de recuperação judicial ou apresentação para discussão junto a credores ou homologação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora e/ou de sua controladora direta; ou (iii) pedido de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de sua controladora direta;
- (d) não pagamento, pela Emissora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da respectiva data de vencimento (observados eventuais prazos de cura), de qualquer contrato de financiamento em que figure como devedora ou garantidora, cujo valor unitário seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou o equivalente em outras moedas, ressalvado que não será considerada vencida qualquer dívida em caso de obtenção de decisão judicial que revogue ou suspenda a exigibilidade dos respectivos valores (*cross acceleration*);
- (e) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer contrato ou acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (*cross-default*), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, salvo se o respectivo vencimento antecipado for revertido em até 5 (cinco) dias úteis;



- (f) não pagamento pela Emissora decorrente de qualquer decisão administrativa final não contestada na esfera judicial, decisão arbitral definitiva ou decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora cujo valor, individual, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou o equivalente em outras moedas;
- (g) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) transformação societária da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas específica para o assunto.

5.2. São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme deliberação na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3 abaixo, com imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão ou data do último pagamento, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais Encargos Moratórios, caso aplicável, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em até 30 (trinta) dias (observados eventuais prazos de cura), contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário;
- (b) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias e que afetem de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se tiver sido tempestivamente tomada medida competente para renovar ou reverter o respectivo cancelamento, revogação ou suspensão;
- (c) incorporação, fusão, cisão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em alteração do atual controle societário da Emissora, sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas específica para este fim, por meio da(s) qual(is) a Odebrecht S.A. comprovadamente deixe de controlar, direta ou indiretamente, a Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das



assembleias relativas à operação, o resgate, sem o pagamento do Prêmio de Reembolso mencionado no item 4.8.3 acima, das Debêntures de que forem titulares;

- (d) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contado da data de intimação para pagamento do(s) protesto(s) ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior aos 20 (vinte) dias úteis tiver sido comprovado que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) foi apresentada defesa de forma tempestiva ou o valor foi depositado em juízo;
 - (e) alteração do objeto social da Emissora disposto em seu estatuto social, conforme descrito no item 3.1 desta Escritura, sem prévia anuência dos Debenturistas, de maneira que: (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
 - (f) não utilização pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da sua destinação prevista no item 3.2 acima;
 - (g) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante e relacionado à capacidade de pagamento, pela Emissora, das Debêntures, quaisquer das declarações pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Distribuição; e
 - (h) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, que afete de forma relevante suas atividades e cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) do valor ativo total da Emissora.
- 5.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento mencionada no item 5.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento do evento, a Assembleia Geral de Debenturistas para optar, a seu exclusivo critério, por deliberação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas as Debêntures nas hipóteses previstas no item 5.2 desta Escritura.
- 5.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3 desta Escritura por falta de quorum, ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista naquele item desta Escritura pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados no item 5.2 desta Escritura.



CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Obrigações Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- (a) não promover redução de seu capital social sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (b) fornecer, ao Agente Fiduciário:
 - (i) em até 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma justificada e razoável, segundo princípios da boa-fé, pelo Agente Fiduciário;
 - (ii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Automático e/ou Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula V desta Escritura (vencimento antecipado), em até 5 (cinco) dias úteis da sua ocorrência;
- (c) apresentar, ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, após o término do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão;
- (d) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (e) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- (f) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.2 desta Escritura;
- (g) encaminhar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este



possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

- (h) expedir avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (i) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços anuais a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (j) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 3 (três) meses, contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contados de sua disponibilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 476;
- (k) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e/ou pela CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio da CETIP;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura; e
- (o) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário.



CLÁUSULA VII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura e do Contrato de Colocação das Debêntures, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Colocação, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e o Contrato de Colocação constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura e do referido contrato constituirão, obrigações legais, válidas, vinculantes, exigíveis e exequíveis de acordo com seus termos e condições, observado que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida quirografária da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (d) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu estatuto social; ou (ii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que os afete ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual sejam parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumidas, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, sendo que nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento das obrigações nos termos desta Escritura e do Contrato de Colocação ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura na JUCESP e pelo registro das Debêntures na CETIP, os quais estarão em pleno vigor e efeito na Data de Subscrição;



- (f) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (g) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada suas situações financeiras e de suas subsidiárias nas aludidas datas e os resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (h) suas informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, (i) não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (ii) não houve qualquer operação os envolvendo fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para os Debenturistas, (iii) não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora, e (iv) não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;
- (i) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;
- (j) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (l) as informações e declarações contidas nesta Escritura são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes; e
- (m) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes para assumir, em nome de cada um, as obrigações ora estabelecidas e, em sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.



CLÁUSULA VIII
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Do Agente Fiduciário

A Emissora neste ato constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora.

8.2. Substituição

- 8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, inadimplemento de suas obrigações constantes desta Escritura, da legislação aplicável ou das normas da CVM ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo agente fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.
- 8.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea (b) do item 8.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 8.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de comunicação prévia à CVM, devendo realizar-se em atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM 28, bem como de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCESP.
- 8.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.
- 8.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela



variação acumulada do IGPM.

8.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 8.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todas as cópias dos registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

8.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, quando for o caso, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (e) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Vencimento Automático e Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula V desta Escritura e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento das referidas obrigações ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- (g) acompanhar o cumprimento na prestação periódica de informações obrigatórias;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por qualquer Debenturista, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, que deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de solicitação;
- (i) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado, observado o disposto na Instrução CVM nº 476;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;



- (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) colocar à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, disponibilizar o relatório de que trata a alínea (i) acima, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures;
- (k) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (l) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (m) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificadamente, auditoria extraordinária na Emissora;
- (n) convocar, quando entender necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 10.6 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (o) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- (p) comunicar aos Debenturistas, às expensas da Emissora, na forma do item 10.6 desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea (i) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (j) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (r) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, da ciência de qualquer inadimplimento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;
- (s) disponibilizar, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário; e
- (t) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

8.4. Remuneração do Agente Fiduciário

- 8.4.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga, durante o prazo de vigência da presente Emissão, em parcelas anuais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a Data de Subscrição, e as demais, a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento.
- 8.4.2. A remuneração prevista no item 8.4.1 acima não inclui as despesas devidamente comprovadas com publicações, notificações, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem arcadas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora. A Emissora será comunicada previamente caso as despesas aqui referidas venham a superar o valor agregado de R\$5.000,00 (cinco



mil reais).

- 8.4.2.1. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.
- 8.4.3. A remuneração será acrescida dos seguintes tributos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 8.4.4. As parcelas previstas no item 8.4.1 acima serão atualizadas pelo IGPM ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 8.4.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 8.4.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 8.4.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura, será acrescido à dívida da Emissora e gozará do mesmo grau de preferência das Debêntures.
- 8.5. Despesas
- 8.5.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.
- 8.5.2. O ressarcimento a que se refere o item 8.5.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.
- 8.5.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e

adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.5.4 As despesas a que se refere este item 8.5 da Escritura compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos, notificações, publicações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula V desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e



- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.
- 8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) do item 8.6.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, nos termos do item 5.3 desta Escritura.
- 8.6.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora.
- 8.6.4. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 8.6.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.6.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 8.7. Declaração do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28;



- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não infringir, pela celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas, qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (h) constituir esta Escritura uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) ter delegado poderes bastante para tanto a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura;
- (j) ter verificado, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (k) não ter qualquer ligação com a Emissora ou empresas ligadas a essas entidades, nos termos do art. 10, inciso I, da Instrução CVM 28, ou conhecimento de fato que o impeça plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.8. Na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada da F.A.B. Zona Oeste S.A. ("1ª Emissão da F.A.B."), com vencimento em 30 de outubro de 2013, em que foram emitidas 96.000 (noventa e seis mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da F.A.B. são garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de todos os fundos cedidos da conta centralizadora dos



debenturistas, e por todos os fundos cedidos da conta reserva dos debenturistas, bem como por penhor em segundo grau da totalidade das ações da F.AB., conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada da F.AB. Zona Oeste S.A. ("2ª Emissão da F.AB."), com vencimento em 30 de outubro de 2013, em que foram emitidas 12.000 (doze mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da F.AB. são garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de todos os fundos cedidos da conta centralizadora dos debenturistas, e por todos os fundos cedidos da conta reserva dos debenturistas, bem como por penhor em segundo grau da totalidade das ações da F.AB., conforme previsto na escritura de emissão; (iii) 1ª (primeira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em duas séries da Lumina Jecaba Engenharia Ambiental S.A. ("LUMINA"), com vencimento em 16 de março de 2021, em que foram emitidas 31 (trinta e uma) debêntures na 1ª e na 2ª séries, totalizando 62 (sessenta e duas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortizações, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da LUMINA são garantidas por termo de responsabilidade e prestação de garantia, celebrado entre a Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. ("VSB"), a LUMINA, o BNDES e o debenturista, penhor sobre as contas do InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações, penhor em segundo grau em favor do debenturista, de ações de emissão da LUMINA representativas da totalidade de seu capital social, penhor em segundo grau em favor do debenturista, de todas as máquinas e equipamentos a serem adquiridos e instalados na central de utilidades relativa ao projeto nos termos do contrato de financiamento firmado com BNDES, penhor em segundo grau em favor do debenturista, de todos os valores creditados, a qualquer tempo na conta centralizadora, penhor em segundo grau em favor do debenturista, dos direitos creditórios de que a emissora é titular provenientes do Contrato DBOT celebrado entre a emissora e VSB, e hipoteca em segundo grau sobre o direito real de superfície sobre imóvel, conforme previsto na escritura de emissão; (iv) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Foz Centro Norte Investimentos S.A. ("FCNI"), com vencimento em 27 de janeiro de 2022, em que foram emitidas 116 (cento e dezesseis) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortizações, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da FCNI são garantidas por garantia fidejussória da garantidora e serão, nos termos da respectiva escritura de emissão garantidos por penhor da totalidade das ações de emissão da emissora de titularidade da FCNI, penhor da totalidade dos frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições, dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e demais direitos a serem pagos pela emissora à FCNI, cessão fiduciária da conta vinculada, conforme previsto na escritura de emissão; (v) 1ª



(primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins (1ª Emissão Saneatins"), com vencimento em 27 de janeiro de 2022, em que foram emitidas 74 (setenta e quatro) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais). Até a presente foram verificadas eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Saneatins são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, por penhor em segundo grau da Emissora de titularidade da Foz Centro Norte Investimentos, penhor da totalidade dos frutos, lucros, e rendimentos a serem pagos pela Saneatins à Foz Centro Norte Investimentos e por cessão fiduciária da conta vinculada, conforme previsto na escritura de emissão; (vi) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Saneatins ("2ª Emissão da Saneatins"), com vencimento em 10 de julho de 2015, em que foram emitidas 55 (cinquenta) debêntures, na data de emissão no valor de R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais); Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Saneatins são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, por penhor em segundo grau da Emissora de titularidade da Foz Centro Norte Investimentos, penhor da totalidade dos frutos, lucros, e rendimentos a serem pagos pela Saneatins à Foz Centro Norte Investimentos e por cessão fiduciária da conta vinculada, conforme previsão na escritura de emissão; e (vii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Distribuidora de Água de Camaçari S.A. ("1ª Emissão da Camaçari"), com vencimento em 15 de março de 2025, em que foram emitidas 17.000 (dezessete mil) debêntures, na data de emissão no valor de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Camaçari é garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme previsão na escritura de emissão.

CLÁUSULA IX **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas")

9.1. Convocação

- 9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Aplica-se, à Assembleia Geral de Debenturistas, A



no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas, inclusive os prazos de convocação previstos no inciso I do § 1º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, enquanto a Emissora for companhia fechada.

- 9.1.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

- 9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

- 9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Quorum de Deliberação

- 9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.3.2 e 9.3.3, abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

- 9.3.2. Não estão incluídos no quorum referido no item 9.3.1, acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura; e
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da espécie das Debêntures; (iv) das disposições relativas ao Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos; e/ou (v) das hipóteses



que são consideradas Eventos de Vencimento Automático e Eventos de Inadimplemento.

9.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições deste item 9.3 deverão ser aprovadas, em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sem prejuízo do disposto nos itens acima.

9.4. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures em Circulação ou àquele que for designado pela CVM.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2 Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3 Irrevogabilidade

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.4 Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos dos Itens

10.4.1 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



10.4.2 Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura.

10.5 Título Executivo Extrajudicial

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

10.6 Publicidade e Comunicações

10.6.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Mercantil, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet*, a saber: é www.foz.com.br.

10.6.2 As comunicações a serem enviadas para a Emissora, o Agente Fiduciário ou a CETIP, nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Emissora: Odebrecht Ambiental S.A.
Alameda Xingu, 350, 18º andar
Alphaville Industrial – Barueri - SP
CEP: 06455-911
Tel: (11) 3173-2500
Fax: (11) 3173-2619
At.: Diretor Jurídico / Igor Moreira
E-mail: mdbezerra@foz.com.br / igormoreira@foz.com.br

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22640-102
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br
backOffice@pentagonotrustee.com.br



CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 1º andar
CEP: 01452-0001 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3111-1400 ou (11) 2138-1400
Fax: (11) 3111-1563
At.: Fábio Benites
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.6.3 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.4 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.7 Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

10.8 Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9 Eleição de Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 19 de agosto de 2013

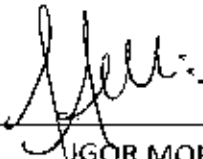


Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, celebrada entre Odebrecht Ambiental S.A., como emissora, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas, em 19 de agosto de 2013.

ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.
NA QUALIDADE DE EMISSORA



Nome: **TICIANA V. S. MARIANETTI**
CPF **544.408.075-34**
Cargo: **ODEBRECHT AMBIENTAL S/A**



Nome: **IGOR MOREIRA**
CPF **271.883.248-75**
Cargo: **ODEBRECHT AMBIENTAL S/A**



Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quírográfaria, celebrada entre Odebrecht Ambiental S.A. como emissora, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas, em 19 de agosto de 2013.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS**

Nome: Silves Santos de Amorim
Cargo: Procurador



Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, celebrada entre Odebrecht Ambiental S.A., como emissora, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas, em 19 de agosto de 2013

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

